

Os movimentos sociais na crise financeira global: questões e polêmicas

Social movements in the global financial crisis: Issues and controversies

Leonardo de Araújo e Mota¹
la-mota@uol.com.br

Resumo

Nos anos 1990, surgem os movimentos antiglobalização contestando os efeitos das políticas neoliberais e suas consequências sociais, organizando várias manifestações de protesto em Seattle (1999), Gênova (2001), Nova York (2002), tendo como alvo instituições como o grupo do G-8 ou a Organização Mundial do Comércio (OMC). Após a crise financeira de 2008 nos Estados Unidos, outros movimentos sociais de resistência ao capitalismo tomaram as ruas de cidades norte-americanas e europeias, entre os quais estão os Indignados (Espanha), Occupy Wall Street (EUA) e Geração à Rasca (Portugal), entre outros. O objetivo deste artigo é efetuar uma análise teórica, de natureza bibliográfica, utilizando autores contemporâneos das Ciências Sociais, sobre os movimentos surgidos após a crise financeira de 2008, situando-os no contexto das mudanças do capitalismo contemporâneo. Nossa análise conclui que, apesar do aumento da incidência de tais movimentos sociais em âmbito mundial, o atual contexto econômico recessivo ainda provoca elevados índices de desemprego nos países mais afetados, o meio ambiente continua ameaçado, e os partidos políticos sofrem uma forte crise de representatividade junto à sociedade civil.

Palavras-chave: *movimentos sociais, crise financeira, capitalismo contemporâneo.*

Abstract

In the 1990s, anti-globalization movements began contesting the effects of neoliberal policies and their social consequences, organizing several protests in Seattle (1999), Genoa (2001), New York (2002), targeting institutions such as the G-8 group or the World Trade Organization (WTO). After the financial crisis of 2008 in the United States, other social movements of resistance to capitalism began to protest in the streets of the U.S. and Europe, among which are the Indignados (Spain), Occupy Wall Street (USA) and Geração à Rasca (Portugal). The purpose of this article is to perform a theoretical analysis, based on contemporary social science authors, of the social movements that emerged after the financial crisis of 2008, placing them in the context of contemporary capitalism. It concludes that, despite the increased incidence of such social movements worldwide, the present context of economic recession still causes high unemployment rates in the countries most affected by the crisis, the environment remains threatened and most political parties suffer a big crisis of representation within civil society.

Key words: *social movements, financial crisis, contemporary capitalism.*

¹ Universidade Estadual da Paraíba. Rua Baraúnas, 35, Bairro Universitário, 58429-500, Campina Grande, PB, Brasil.

Introdução

Um movimento social representa um comportamento coletivo que, em geral, envolve normalmente um grande número de indivíduos com intenção de modificar ou transformar de maneira radical a ordem social vigente ou algumas de suas principais instituições, a partir de uma determinada ideologia e com a utilização de algum tipo de organização e projeto. Os movimentos sociais nem sempre são expressão de progresso social ou cultural, uma vez que existem movimentos regressivos ou reacionários.

A depender das classes, estratos ou grupos que dão origem aos movimentos sociais, dos seus objetivos, ideologias, composição e volume de adeptos, formam-se diversos tipos de movimentos sociais, entre os quais estão os movimentos revolucionários (anarquismo, socialismo revolucionário, comunismo), os movimentos reacionários (fascismo, nazismo, macarthismo), os movimentos de libertação nacional (movimentos nacionalistas europeus, movimentos de libertação colonial) e os movimentos de identidade (feminismo, movimento negro, movimentos de gays e lésbicas), entre outros.

Nos anos 1990, quando o termo globalização tornou-se comum nos meios de comunicação de massa e nas publicações científicas, surgem os movimentos antiglobalização, cuja gênese ocorre em 1996, em Chiapas, durante o *Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo*, organizado pelos zapatistas. Posteriormente, foram organizadas manifestações em Seattle (1999), Gênova (2001), Nova York (2002), articulando protestos em encontros de grandes líderes políticos, como no caso do G-8 ou da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como consequência da crise de 2008 nos Estados Unidos, muitos outros movimentos sociais de resistência ao capitalismo tomaram as ruas de cidades norte-americanas, europeias e também atingiram países do mundo árabe, entre os quais estão os Indignados, *Occupy Wall Street*, Geração à Rasca, etc. O trabalho a seguir pretende efetuar uma análise teórica dos movimentos surgidos após a crise financeira de 2008, situando-os no contexto das mutações do capitalismo contemporâneo, analisando o provável futuro de tais perspectivas de ação social.

As mutações do capitalismo e os movimentos sociais

Os movimentos sociais dos séculos XVIII e XIX na Europa foram caracterizados pela oposição entre proletariado e burguesia, ou seja, suas lutas estavam intimamente ligadas à questão do trabalho. Uma grande classe operária lutava por mudanças em suas condições de trabalho que findavam por efetivar-se com conotações revolucionárias ou reformistas. Enquanto os reformistas defendiam uma mudança institucional preservando a ordem institucional, os revolucionários defendiam a abolição violenta da ordem social existente para que uma conjuntura totalmente nova fosse construída.

Com a crise de 1929, originada do *crack* da Bolsa de Nova York, o capitalismo de vertente liberal que caracterizou o século XIX irá enfrentar uma forte oposição. Nos Estados Unidos, as ideias do economista John Maynard Keynes fazem o governo Roosevelt começa a dotar o Estado de mecanismos de intervenção para regular a economia e conter as irracionalidades do mercado, que geravam crises caracterizadas por inflação, desemprego e agitação social.

Após a Segunda Guerra Mundial, segue-se uma forte expansão econômica no período conhecido como a "Era de Ouro do Capitalismo" (1945-1973), quando os países desenvolvidos conseguiram equilibrar a relação entre capitalismo e democracia, ou seja, uma época caracterizada pela expansão dos *direitos sociais* acompanhada de baixas taxas de desemprego e crescimento econômico. Preconizava-se, então, que a utopia que alimentava os movimentos revolucionários de outrora havia chegado ao fim com o avanço do Estado de Bem-Estar Social nos países mais desenvolvidos, de um lado, e as denúncias dos crimes de Josef Stálin por Nikita Khrushchov na ex-URSS, de outro (Jacoby, 2001).

Sobre tal conjuntura, Gentili (2011, p. 83) observa que "em meados dos anos sessenta os índices de desemprego não superavam, na Europa Ocidental, 1,5% da força de trabalho ocupada e, no Japão, a 1,3%, enquanto na América Latina chegava a 3,4%". No caso dos Estados Unidos, Reich (2008, p. 35) também salienta que "os grandes sindicatos se juntaram às grandes empresas como partes integrantes do sistema econômico americano. Não mais mero movimento social, os sindicatos eram agora componente definitivo do capitalismo democrático, compartilhando com as empresas o mérito e a responsabilidade por garantir a crescente prosperidade do país".

A partir da década de 1960, quando os sistemas de proteção social difundiam-se no mundo desenvolvido, outros movimentos sociais passaram a centrar sua crítica à sociedade de consumo em massa e aos valores e autoridade da sociedade burguesa. Tratava-se de trazer temas da subjetividade para a política. Deste contexto proliferaram os movimentos feministas, os pacifistas, os ambientalistas, o movimento *hippie*, os movimentos dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, movimentos de gays e lésbicas, o maio de 1968 na França, etc. (Hall, 2006).

Após os choques do petróleo de 1973 e 1979, a situação econômica do mundo desenvolvido sofre um revés, com a elevação do preço do petróleo. Os valores de vários bens de consumo elevam-se como consequência dessa crise energética, o que fez com que o Estado de Bem-Estar no Ocidente sofresse uma profunda crise fiscal, comprometendo o financiamento das políticas públicas e, por extensão, sua capacidade de garantir os direitos sociais de seus cidadãos. O capitalismo do tipo fordista com seus fortes sindicatos foi substituído por um modelo flexível e de alta tecnologia, cujas consequências Santos (2009, p. 50) sintetiza:

[...] fizeram-se grandes investimentos na inovação tecnológica; elevou-se a produtividade à custa dos postos de trabalho e do poder contratual dos sindicatos; a classe média se re-

duziu; as desigualdades voltaram a se alargar e a ascensão social se bloqueou, inclusive devido ao redimensionamento do Estado Social [...] Conhecemos, então, uma fase de crescimento econômico ao preço de grandes desequilíbrios e elevação da desigualdade.

Assim, na medida em que as condições para o fortalecimento dos direitos dos trabalhadores estavam ameaçadas pela revolução tecnológica, que extinguiu milhares de empregos, os sindicatos sentiram-se também acuados diante da perspectiva do aumento da concorrência em nível mundial. Nesta época, tornou-se também comum nas escolas de administração o termo *reengenharia*, que significou um mínimo de 13 milhões a um máximo de 39 milhões de trabalhadores "reduzidos" de 1980 a 1995 (Sennett, 2009).

Nos anos 1990, sob o prisma do avanço das reformas neoliberais, em países como a França ou os Estados Unidos, o Estado de Bem-Estar Social passa a ser ameaçado e muitas das garantias sociais conquistadas em décadas de mobilização social são minadas em nome da competitividade e da produtividade, gerando uma nítida *involução* nas relações trabalhistas e políticas sociais (Bourdieu, 1998). É nesta década que também ocorre um forte aumento nos índices de desigualdades sociais *dentro* e *entre* os países. Nos Estados Unidos, a maior economia do mundo à época e vivenciando um intenso crescimento econômico, a diferença da remuneração dos executivos em relação ao salário total pago aos trabalhadores comuns saltou de um coeficiente de 44,8 em 1973 para 172,5 em 1995 (Castells, 1999).

Concomitantemente ao aumento das desigualdades, observa-se também a expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs) em nível local e global, com os mais variados propósitos, substituindo muitos dos antigos movimentos sociais (Gohn, 2009). Segundo o Relatório de Desenvolvimento das Nações Unidas de 1999, as organizações sem fins lucrativos empregavam nesta época cerca de 19 milhões de pessoas em 22 países, movimentando mais de 1 trilhão de dólares (UNDP, 1999). Neste sentido, os movimentos sociais passaram a converter-se em formas "institucionalizadas" de ação social (escritórios de ONGs), ao mesmo tempo em que atenuavam os males do neoliberalismo.

O recrudescimento das desigualdades sociais e danos ao meio ambiente no final do século XX geraram também movimentos sociais que contestavam o modelo de globalização imposto pelo denominado Consenso de Washington, que se constituiu em uma espécie de receituário de ajustamento macroeconômico imposto aos países menos desenvolvidos que atravessavam dificuldades, através de instituições como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais medidas geralmente incluíam a privatização de empresas estatais, abertura das economias para a livre circulação de capitais, desregulamentação do trabalho para reduzir os custos para as empresas e cortes nos gastos sociais.

Como consequência, nos anos 1990, houve também um aumento significativo de publicações sobre o tema da *exclusão social*, sobretudo a partir de um viés macroeconômico e social.

Com o aumento da precarização e intensificação do trabalho, do desemprego e das terceirizações, os índices de suicídio aumentaram em vários países, da mesma forma que as estatísticas de divórcios (Boltansky e Chiapello, 2009).

É nesse contexto de ampliação das desigualdades sociais e de um mal-estar coletivo provocado pela competitividade incessante que surge o movimento antiglobalização, com o objetivo de "denunciar as contradições existentes entre a voracidade da globalização econômica no plano das nações e seus mercados, e os efeitos destrutivos da globalização no plano cultural, no nível local" (Gohn, 2010, p. 34).

O movimento antiglobalização não se posiciona contra a globalização em si, mas contra o processo através do qual o capital globalizado promove uma mercantilização perversa dos seres humanos e da natureza. Dessa forma, as relações sociais e o meio ambiente ficam condicionadas à *monocultura do produtivismo capitalista*, que se caracteriza pela "ideia de que o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza, e tudo o mais não conta" (Santos, 2007, p. 31, grifos do autor) Em grande medida, o movimento antiglobalização criou um novo ator sociopolítico, constituído por

[...] uma densa rede de resistência, expressa em atos de desobediência civil e propostas alternativas à forma atual da globalização, considerada como o fator principal da exclusão social existente. Ele pautou também a agenda de um outro tipo de globalização, baseada na solidariedade e respeito às culturas, voltada para um novo tipo de modelo civilizatório, com desenvolvimento econômico mas também com justiça e igualdade social [...] uma rede de movimentos e organizações de espectro variado, destacando-se: defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, organizações não-governamentais (ONGs), centrais sindicais, alas de partidos políticos de esquerda, redes de interlocução de pequenos grupos etc. (Gohn, 2010, p. 34-35).

O movimento antiglobalização, de 2000 a 2005, cresceu exponencialmente. Em Seattle, houve 50 mil que paralisaram a Cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC) naquela cidade, em 1999. Um ano e meio depois, em 2000, 300 mil pessoas marchavam contra o Encontro do G-8 em Gênova, a mesma quantidade em Barcelona, em março de 2002, passando para 1 milhão em Florença, em novembro de 2002 (Pleyers, 2010). O movimento antiglobalização representou a quebra de um "muro do silêncio" diante das políticas neoliberais que dominavam grande parte do mundo e se apresentavam como a única alternativa possível de modelo econômico e civilizatório. Uma prova deste poder dos neoliberais foi que a própria denominação de movimento antiglobalização foi utilizada pela primeira vez pelo jornal *The Economist*, durante as mobilizações de Seattle (Brinigel e Muñoz, 2010).

Após o atentado de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas de Nova York e a consequente "guerra ao terror", o movimento antiglobalização encontrou cada vez mais dificuldades

para articular-se em virtude das medidas de segurança adotadas por vários países. Todavia, esse movimento gerou o Fórum Social Mundial, propiciando um espaço de discussão de seus temas, em contraponto ao elitista Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça.

No âmbito da subjetividade, os integrantes do movimento antiglobalização também propunham mudanças no estilo de vida dos habitantes dos grandes centros, para diminuir os efeitos da poluição sobre o planeta estimulando novas percepções sobre bem-estar e saúde fora do consumismo incentivado pela publicidade das grandes corporações. Não é por acaso que a rede de lanchonetes McDonald's figurava entre os principais alvos de depreciação durante algumas de suas manifestações.

Todavia, nos países desenvolvidos, com a estagnação dos salários da classe média e estratos inferiores, começou a formar-se uma massa de pessoas endividadas em hipotecas, empréstimos bancários, cartões de crédito e outras "inovações financeiras" com o objetivo de incentivar o consumo. Nos Estados Unidos, apesar do aumento do peso da dívida sobre o orçamento das famílias ser universal, o maior aumento foi verificado entre os 20% mais pobres, subindo de 87,5% em 1989 para 285,5% em 2007 (Cipolla, 2012).

Aliando a condição de estagnação salarial ao crescimento do desemprego à precarização das relações de trabalho, ficou cada vez mais forte um tipo de capitalismo ao qual Zygmunt Bauman denominou de *capitalismo parasitário*, sendo sua maior fonte de lucro o crédito em si mesmo. Assim, o elemento central da financeirização da economia é a expropriação de parte da renda da classe trabalhadora na forma de juros bancários. O indivíduo que consegue quitar suas dívidas ou fazer alguma poupança é o maior entrave desta modalidade de capitalismo. A ideia é que as pessoas permaneçam em constante estado de endividamento para que este sistema sobreviva. Sobre esse novo momento do capitalismo, o autor comenta:

Nos Estados Unidos, o endividamento médio das famílias cresceu algo em torno de 22% nos últimos oito anos – tempos de uma prosperidade que parecia não ter precedente. A soma total das aquisições com cartões de crédito não ressarcidas cresceu 15%. E a dívida, talvez ainda mais perigosa, dos estudantes universitários, futura elite política, econômica e espiritual da nação, dobrou de tamanho.

O adestramento para a arte de "viver em dívida" e de forma permanente foi incluído nos currículos escolares nacionais. A Grã-Bretanha também chegou a situação bem semelhante. Em agosto de 2008, a inadimplência dos consumidores superou o total do Produto Interno Bruto da Grã-Bretanha. As famílias britânicas têm dívidas num valor superior a tudo o que suas fábricas, fazendas e escritórios produzem (Bauman, 2010, p. 20).

Entre os anos de 2002 e 2008, as taxas de juros nos Estados Unidos ficaram em um patamar muito baixo, então os bancos decidiram fazer empréstimos de longo prazo para compra de imóveis a clientes sem boa avaliação como pagadores, os chamados *subprimes*. Esse crédito intensificou a procura de imóveis,

que tiveram seus preços elevados e depois eram transferidos na forma de títulos para outras instituições financeiras. Mas, para conter essa demanda exacerbada por imóveis, o governo estadunidense elevou as taxas de juros. A partir daí muitos compradores não puderam mais pagar as suas dívidas e os bancos passaram a retomar os imóveis para tentar recuperar o prejuízo. Era tarde demais.

Neste sentido, o capitalismo atual transforma-se em uma economia financeirizada, que é baseada em ativos fictícios e postula a constante oferta de crédito como uma "solução" para problemas criados pela retração dos salários, pelo emprego precário e desemprego estrutural. Assim, a oferta de crédito em si passa a constituir-se em *fonte permanente de lucro*, sem qualquer vínculo com a produção e, portanto, com a geração de novos empregos.

Neste modelo de capitalismo altamente desregulamentado, indivíduos posicionados em instituições financeiras passam a agir de forma inescrupulosa para conseguir obter o maior ganho possível concedendo empréstimos de alto risco para indivíduos em dificuldades econômicas. Ferdinand Pecora, um conceituado juiz americano que viveu na época da Grande Depressão, iria denominar tais agentes de *banksters*, o que seria uma mistura de *banker* e *gangster*, que "são banqueiros que se envolvem em *dodgy dealings*, ou seja, negócios duvidosos, evasivos, questionáveis, suspeitos, incompreensivelmente complicados ou mesmo ilegais" (Rolo, 2009, p. 66).

Após a Grande Depressão dos anos 1930, o Estado americano adotou várias leis federais, como o *Glass-Steagall Act* de 1933 e o *Bank Holding Company Act* de 1956, para disciplinar as atividades das instituições financeiras. Entretanto, após a chegada de Ronald Reagan ao poder e os presidentes que o sucederam, tais legislações foram desmanteladas em prol do livre mercado, o que gerou alguma prosperidade artificial na década de 1990.

Como consequência de tais políticas, em 15 de setembro de 2008 o banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers, fundado há 159 anos, entrou em falência, o que provocou, em "efeito dominó", a quebra de várias outras instituições financeiras e empresas, gerando desemprego e recessão em nível mundial. A desregulamentação não apenas permitiu que bancos americanos e europeus assumissem enormes posições especulativas, como também colocou em risco toda a economia mundial. Por isso, a origem da crise de 2008 foi eminentemente política.

A política na crise de 2008

Sob o ponto de vista ideológico, o colapso financeiro de 2008 também abriu um conjunto de oportunidades para a esquerda, entre as quais está a de colocar uma nova ênfase na regulação econômica dos mercados financeiros. Segundo Avritzer (2012), é possível dividir a reação da esquerda à crise em dois momentos: (i) crítica dos efeitos da desregulamentação dos mercados sobre a população; (ii) ampliação da discussão a um

patamar mais crítico, a partir de movimentos como os Indignados, na Espanha, e o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos.

Nas economias desenvolvidas, o Estado resgatou seus mercados financeiros intervindo na recuperação e/ou nacionalização de bancos e grandes empresas atingidas pela crise. Diferentes pacotes foram elaborados nos EUA, primeiro pelo governo George W. Bush e em seguida pelo governo de Barack Obama, observando-se medidas semelhantes em outros países. Porém, o resultado do resgate do mercado financeiro sem uma proposta de justiça social nos EUA também findou em uma contradição: enquanto os grandes bancos americanos se recuperavam e até realizavam aquisições de bancos menores, quase 2 milhões de pessoas perderam ou estão próximas de perder as suas casas hipotecadas.

Segundo Harvey (2011), a partir de dados do FMI, a perda de ativos com a crise financeira, em meados de 2009, já atingia a cifra de 55 trilhões de dólares, valor equivalente a um ano da produção global de bens e serviços. Para resgatar este prejuízo, o Estado norte-americano injetou 700 bilhões de dólares de liquidez em seu mercado. No caso europeu, o governo inglês utilizou 636 bilhões de dólares para recuperar sua economia, enquanto 480 bilhões foram utilizados pelos alemães e outros 360 bilhões pelos franceses. Contabilizando os planos de recuperação econômica somente desses quatro países desenvolvidos, obtém-se o montante de 2,176 trilhões de dólares (Touraine, 2011).

Além disto, segundo Davis (2012, p. 43), "quatro milhões e meio de empregos na área industrial foram perdidos nos Estados Unidos desde 2000, e uma geração inteira de recém-graduados encara agora a mais alta mobilidade descendente da história do país". Atualmente, significativa parte dos americanos se vê sem condições de ter uma aposentadoria digna ou está correndo o risco de perder a sua casa, enquanto as empresas de Wall Street operam com outra lógica: têm grandes lucros e prejuízos igualmente estratosféricos, mas que são cobertos pelo Governo Federal ou pelo Banco Central. É neste sentido que Giovanni Alves observa que

[a] crise financeira de 2008 expôs a mediocridade do governo democrata de Barack Obama, que frustrou muitos norte-americanos que acreditaram que ele deteria a hegemonia financeira na política do país. A crise soberana de 2010 e a crise financeira da zona do euro expuseram a venalidade dos partidos socialdemocratas e socialistas nos elos mais fracos na União Europeia (2012, p. 34).

Com relação ao desencanto da maioria da população dos países mais afetados pela crise financeira, o autor ainda ressalta que os seus efeitos foram maiores considerando que o Estado de Bem-Estar e a política representativa na Europa já estavam corroidos desde décadas anteriores à crise de 2008. Dessa forma,

[...] a crise do nosso tempo histórico é também, e principalmente, a crise política dos partidos políticos da ordem burguesa, partidos conservadores-liberais e social-democratas ou socialistas que, nas últimas décadas, construíram uma rede

de interesses promíscuos com a grande finança especulativo-parasitária, iludindo, o tempo todo, seus eleitores incautos (Alves, 2012, p. 35).

Em meio a constantes crises econômicas, percebe-se também uma crise de legitimação da política representativa de "esquerda" na administração do Estado, mais especificamente dos partidos socialistas e social-democratas europeus. Em complementação, forma-se também uma crise do pensamento crítico nas universidades, uma vez que muitos intelectuais foram seduzidos pelo pós-modernismo. Em resumo, a atual crise conjuga aspectos políticos, econômicos e intelectuais de grande intensidade.

Por outro lado, Pleyers (2010) salienta também que algumas medidas institucionais foram adotadas por líderes de países afetados no sentido de apoiar o retorno das políticas de intervenção do Estado sobre a economia. O presidente francês Nicolas Sarkozy e o primeiro-ministro indiano M. Sing declararam, logo após as consequências da crise de 2008, que não iriam mais sacrificar centenas de milhares de empregos na agricultura no altar do neoliberalismo. A administração do governo Barack Obama, por sua vez, prometeu tomar medidas concretas para regular o sistema bancário, e o primeiro-ministro Inglês Gordon Brown procurou aliados europeus para implementar taxas especiais para os bancos e regular a voracidade do sistema. Além disto, o G-20 também passou a ter mais destaque que o G-8, concedendo mais poder a alguns países agora denominados de emergentes.

Apesar de muitos economistas observarem a crise de 2008 como apenas mais uma das muitas crises cíclicas do capitalismo, o fato é que as consequências sociais deste evento econômico estão muito além dos momentos de pânico verificados em várias bolsas de valores ao redor do mundo, transmitidos pela mídia global. A preocupação de operadores que lidam com milhões de dólares virtuais encontra-se ligada ao sofrimento de milhares de indivíduos que perderam suas casas, seus empregos, aposentadorias e, sobretudo, qualquer esperança no futuro. Neste sentido, para denominar esses novos sujeitos, Gohn (2012, p. 24) observa:

"Precarizados" é a nova denominação dada aos cidadãos deste novo século, filhos de uma sociedade precária onde impera a desigualdade social e econômica, onde há perda de direitos sociais e políticos, exclusão de imigrantes etc. É um novo proletariado, do setor informal, trabalhando em empregos terciarizados, flexibilizados, sem garantias legais.

Os movimentos sociais na crise financeira global

O sentimento de frustração generalizada com a crise financeira gerou vários movimentos sociais como o M12M, Movimento 12 de Março ou Geração à Rasca, em Portugal, o M15M, Movimento 15 de Março, ou Movimento dos Indignados, na Espanha, o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, sendo também possível incluir nesta lista as rebeliões que impulsionaram a Pri-

mavera Árabe. A título de exemplificação sobre as reivindicações desses novos movimentos, é oportuno citar o texto de um panfleto distribuído pelos jovens do movimento português Geração à Rasca para designar esse sentimento:

Somos contra a Precariedade, contra os Recibos Verdes, pela estabilidade no Emprego, contra a escravatura em Portugal, contra os salários de 500 euros, não temos partido político, o nosso partido é Portugal. Contra o atual estado do País, sem Justiça, sem Igualdade e sem rumo. Nós não queremos emigrar, já perdemos muitos amigos, conhecidos, familiares que partiram para fora por não encontrarem emprego, até quando...!!!! Queremos ser parte da solução, queremos um Portugal Melhor (in Santos, 2011, p. 64).

Segundo Alain Touraine (in Lallement, 2004), os movimentos sociais expressam comportamentos de classe que se encontram alicerçados em uma noção de *projeto social*. Tais movimentos possuem três características básicas, a saber: (i) um princípio de identidade: cada movimento deve ter sua marca e características próprias; (ii) um princípio de oposição: o movimento deve ter a clareza de quem é o seu inimigo, contra quem irá lutar; (iii) um princípio de totalidade: o movimento em questão deve ter plena consciência dos riscos envolvidos na luta.

Segundo Alves (2012, p. 32-33), os atuais movimentos de protesto pós-crise de 2008 possuem as seguintes características:

(i) Tais movimentos se constituem de densa e complexa diversidade social que ultrapassa as fronteiras de gênero, idade e raça, todos exprimindo a universalização da condição de proletariados (os 99% expropriados contra os 1% mais ricos);

(ii) São movimentos sociais pacíficos, que recusam a adoção de táticas violentas e ilegais, evitando, desse modo, a criminalização, embora tenham que enfrentar a polícia por ocupar espaços privados ou bloquear vias públicas;

(iii) Para organizar suas manifestações, esses movimentos utilizam redes sociais, como Facebook e Twitter, ampliando sua área de intervenção territorial e mobilização social, produzindo sinergias sociais em rede;

(iv) São movimentos sociais capazes de inovar e ter criatividade política na disseminação de seus propósitos de contestação social;

(v) Expõem, com notável capacidade de comunicação e visibilidade, as misérias da ordem burguesa no polo mais desenvolvido do sistema, no caso os Estados Unidos da América, apodrecido pela financeirização da riqueza capitalista;

(vi) Os novos movimentos dos Indignados, incluindo o *Occupy Wall Street* e outros como Geração à Rasca, reivindicam uma democratização radical contra a farsa democrática dos países capitalistas centrais.

De volta à tipologia sociológica de Touraine, em termos de *princípio de identidade*, os atuais movimentos são contra o poder do mercado financeiro e das grandes corporações. Uma de suas características marcantes é a heterogeneidade de seus

adeptos; deles participam desempregados, juventude desencantada, operários precários, indivíduos que perderam suas casas durante a crise do *subprime*, estudantes, trabalhadores organizados, *hippies*, anarquistas, veteranos de guerra, imigrantes, artistas, intelectuais e anônimos que não conseguem mais conviver com o poder inescrupuloso do mundo das finanças e das grandes corporações.

Em termos do *princípio de oposição*, os movimentos pós-crise de 2008 denunciam como injusta uma *plutocracia* expressa através do mercado financeiro e das grandes corporações. Como no caso dos movimentos antiglobalização, estes poderes atuantes em nível global colocam-se acima de todos os outros, através da "força bruta do capital". Harvey, referindo-se a estes poderes como o *Partido de Wall Street*, comenta que eles

[...] não devem apenas ter o privilégio de acumular riqueza sem fim e à vontade, mas também o direito de herdar o planeta, com domínio direto ou indireto da terra, de todos os seus recursos e das potencialidades produtivas que nela residem, bem como de assumir o controle absoluto, direta ou indiretamente, sobre o trabalho e as potencialidades criativas de todos os outros que sejam necessários. O resto da humanidade se tornará supérfluo (Harvey, 2012, p. 58).

Os movimentos pós-crise de 2008, assim como os anti-globalização, percebem também uma profunda simbiose entre os representantes políticos atuais e os detentores do capital financeiro, fato que os leva a vislumbrar a atual política representativa como uma mera "farsa democrática". O que os manifestantes reivindicam é uma democracia *real*, que represente os grupos sociais que estão na base da sociedade, e não aqueles que estão no topo financiando campanhas e prestando contas somente a *lobbies* específicos de grupos dominantes. Ou seja, existe uma clara crise de *legitimidade* do Estado e suas instituições. Eles se indagam como os cidadãos podem ser a favor de uma democracia que não representa mais os interesses da maioria, preservando seus direitos e aspirações, ou seja, como diziam os cartazes do *Occupy Wall Street*, das demandas de 99% da população. Como salienta Safatle (2012, p. 48):

Talvez os manifestantes tenham entendido que a democracia parlamentar é incapaz de impor limites e resistir aos interesses do sistema financeiro. Ela é incapaz de defender as populações quando os agentes financeiros começaram a operar, de modo cínico, claro, a partir dos princípios de um capitalismo de espoliação dos recursos públicos. Não é por outra razão que se ouve, cada vez mais, a afirmação de que a alternância de partidos de poder não implica mais alternativas de modelos de compreensão dos conflitos e políticas sociais.

No que tange ao princípio de *totalidade* de Touraine, segundo o qual todo movimento deve ter ciência do *risco* envolvido em sua luta, dentro de uma historicidade específica, os movimentos pós-crise de 2008 se depararam tanto com a possibilidade de serem reprimidos pelo aparato repressivo de Estado (como realmente ocorreu nos confrontos entre policiais e ma-

nifestantes em várias cidades norte-americanas e europeias), como também há o risco de retração de seus membros, como consequência de indefinições sobre suas lideranças e objetivos concretos de ação social.

Os movimentos sociais pós-crise de 2008 resgatam o sentido da utopia a partir do sofrimento imposto pelas condições de anomia verificadas nos países mais afetados pela crise financeira, que enfrentaram graves problemas sociais como desemprego, suicídios, falências, endividamentos, etc. É nesse sentido que David Harvey interpreta o componente utópico dos movimentos pós-crise como necessário, uma vez que se apoiam em "concepções mentais que incidem sobre a autorrealização a serviço dos outros e inovações tecnológicas e organizacionais orientadas para a busca do bem comum em vez de apoiar a força militarizada e a ganância corporativa" (2011, p. 187).

Todavia, nem todos os países europeus vivenciaram uma reação mais enérgica da sociedade civil em função da crise financeira. No caso da França, um país conhecido pelas suas inúmeras lutas e movimentos sociais, Alain Touraine observou uma reação predominantemente conformista da população francesa, sobretudo dos sindicatos e da esquerda. Em suas palavras:

A ausência de relações sociais e políticas de massa durante a crise, cujo aspecto mais evidente foi a vitória do capital financeiro sobre a economia real, constituiu-se numa surpresa para todos. A crise não reforçou a esquerda e os sindicatos. Um conflito social é o enfrentamento de grupos sociais opostos que lutam pela apropriação dos resultados do crescimento, ambos os campos reconhecendo o valor positivo das implicações desta concorrência. Portanto, um conflito social é muito diferente de uma crise econômica. A intervenção dos grandes Estados industriais permitiu aos bancos sua reestruturação sem, no entanto, transformar o sistema econômico, mesmo se o controle de suas atividades e de seus métodos sejam mais restritos que outrora (Touraine, 2011, p. 104-105).

As medidas institucionais adotadas para contornar os efeitos da crise financeira não desmantelaram o sistema econômico em si, tampouco desafiaram a legitimidade do Estado burguês. As medidas de austeridade nos países europeus eliminaram ou suprimiram empregos e políticas sociais, congelaram e reduziram salários de funcionários públicos, além de aumentar impostos, tudo isto para compensar o dinheiro gasto pelo Estado no socorro aos bancos. Ao que tudo indica, tais ações foram apenas medidas *cosméticas* com o intuito de sustentar um "novo modelo econômico com pretensões universais: o modelo tecnocrático despolitizado, em que banqueiros e outros especialistas têm permissão para esmagar a democracia" (Zizek, 2012, p. 23).

As políticas anticíclicas aplicadas por vários países buscaram conter ondas ainda maiores de desemprego, visto que, se as instituições financeiras não fossem recuperadas, não haveria meios de se restaurar o sistema produtivo e gerar novos postos de trabalho. Fábricas e empresas não funcionam sem os bancos. Entretanto, a estrutura que continua a alimentar esse sistema, incluindo os jogos de especulação financeira, permanece quase

intacta. O cerne do problema ainda está distante de qualquer solução. O ano de 2011 ficará como um marco do retorno da política emancipatória, de matizes radicais, embora um despertar ainda frágil e sem um projeto definido de mudança social. Segundo Zizek:

O ano de 2011 foi aquele em que sonhamos perigosamente, o ano do ressurgimento da política emancipatória radical em todo o mundo. Um ano depois, cada dia traz novas demonstrações de como o despertar foi frágil e inconsistente, com todas as suas diversas facetas exibindo os mesmos sinais de exaustão: o entusiasmo da Primavera Árabe está atolado em compromissos e no fundamentalismo religioso; o Occupy Wall Street perdeu a energia a tal ponto que, em um belo exemplo da "astúcia da razão", a limpeza feita pela polícia no Zuccotti Park e em outros lugares onde houve protestos parece uma bênção disfarçada, que encobre a perda imane de energia [...] os maoístas no Nepal parecem vencidos pelas forças monárquicas; a revolução "bolivariana" da Venezuela experimenta um retrocesso cada vez maior a um populismo de caudilho (2012, p. 129).

Na atualidade, torna-se cada vez maior o percentual de jovens desiludidos com as suas perspectivas de futuro, sobretudo na esfera do mundo do trabalho e/ou da política institucionalizada. Trata-se de um contingente imenso de indivíduos que simplesmente não terão sequer a oportunidade de ter a sua mais-valia explorada no mercado de trabalho, mesmo que possuam boa formação acadêmica, fato que gera bastante ressentimento. Conforme observa Zizek (2012, p. 129), "o trabalho subterrâneo de descontentamento está em andamento: a fúria está crescendo e haverá uma nova onda de revoltas".

E para que esta revolta tome as ruas novamente, talvez bastasse apenas uma nova queda dos índices do Dow Jones ou mesmo as consequências dos efeitos continuados que a atual onda recessiva vem provocando em muitas economias. Neste sentido, Dahrendorf (1982, p. 123) observa que "as revoluções e revoltas não ocorrem quando a necessidade e a opressão alcançam um ponto extremo: ocorrem, ao invés, depois que esse extremo passa e a letargia trazida por ele é superada".

Em entrevista recente, Kalle Lasn, fundador do movimento *Occupy Wall Street*, revelou que "a magia acabou", referindo-se à desarticulação momentânea do movimento, pois para ele o que acabou foi apenas uma primeira fase do *Occupy*, em função da falta de líderes. Aqui vale a pena citar alguns trechos desta entrevista, concedida à jornalista Sofia Fernandes. Em suas palavras, Lasn declarou:

Continuará a haver alguns movimentos do Occupy em alguns episódios de maior tensão global, uma, duas vezes por ano. Mas, ao mesmo tempo, haverá, todo dia, pequenas revoltas, pessoas lutando contra bancos, contra o governo, lutando para mudar leis e impostos. Algum de nós pode lançar um novo partido político. [...] A falta suficiente de líderes colaborou para o fim desse primeiro momento do Occupy [...] Não há futuro, a menos que os jovens se levantem e lutem pela mudança. Em maio de 1968, em Paris, alguma coisa muito semelhante

aconteceu. Mas agora, esse sentimento de que não há futuro é pior do que 1968. Naquela época não tinha mudança climática, não havia colapso financeiro, não havia essa epidemia de doenças mentais que varre todo o planeta. Muita gente está deprimida, ou ansiosa, tomando Prozac. [...] Acho que esses jovens ao redor do mundo vão se fragmentar em milhões de partes, e cada parte vai lutar por um projeto próprio, por sua pequena mudança [...] Líderes caem, líderes emergem, e depois brigam entre si. E depois de sete, oito, talvez dez anos depois você tem algum evento grandioso acontecendo novamente. Se você olhar para a Revolução Russa, ou a Revolução Francesa, você vê que as transformações levam tempo (in Fernandes, 2013, p. 3-4).

A partir das observações de Lasn, o diagnóstico atual é de latência, ou seja, um período de espera para que os vários eventos de 2011 tomem corpo em iniciativas mais concretas e objetivas no futuro. Em Portugal, um país fortemente atingido pela crise financeira, que gerou multiendividamento das famílias e desemprego em massa, a precariedade socioeconômica atingiu níveis dramáticos. A sociedade-providência, que se constitui de redes de relações construídas a partir de laços de parentesco e vizinhança forte proteção nos momentos de crise, como também o Estado-providência, com suas políticas institucionais de *welfare*. Conforme Santos, ambas essas instâncias se encontram ameaçadas pelas constantes crises econômicas. Em suas palavras:

A sociedade-providência é uma almofada que pode amortecer a queda dos rendimentos; quanto mais frágil for, mais grave será a queda. Tal como acontece com o Estado-providência, também a sociedade providência se fragiliza em períodos de crise. Quando não lhe for possível mitigar os impactos negativos produzidos pelas quebras bruscas de rendimentos das famílias, causadas pelo desemprego ou por outras razões, o abismo do colapso financeiro e pessoal fica próximo e o que pode seguir é a tragédia. Esta será considerada pessoal pelos danos que causa (doença, suicídio, crime) mas a frequência com que ocorrerá fará dela uma tragédia coletiva e, portanto, política.[...] Só nesse momento se falará de perturbação social, muito depois de milhares e milhares de família terem visto as suas expectativas de vida arruinadas (Santos, 2011, p. 73-74).

Considerações finais

Na medida em que os movimentos antiglobalização perderam algumas formas de interlocução ou mudaram seus modos de atuação e espaços geográficos, e as manifestações pós-crise de 2008 findaram por perder sua força após 2011, isto não significa dizer que a utopia esteja enterrada ou que o descontentamento de grande parte das populações atingidas pelo "furacão financeiro" tenha desaparecido (cf. Pleyers, 2010; Fernandes, 2013).

Zizek (2012, p. 9) utiliza uma expressão persa, *war nam nihadam*, que quer dizer "matar uma pessoa, enterrar o corpo e plantar flores sobre a cova para escondê-la" para designar a forma como a mídia atua para neutralizar o potencial emanci-

patório ou regressivo dos eventos ocorridos em 2011, desde as manifestações em Nova York, Londres ou Atenas, até mesmo os sonhos destrutivos e obscuros de Behring Breivik, que assassinou 77 pessoas em junho de 2011 em um acampamento de jovens trabalhistas noruegueses.

Assim, após a aplicação das medidas de socorro aos bancos, tudo parece ter voltado à "normalidade" dentro dos moldes das "modernas democracias liberais e das economias de livre mercado". Todavia, considerando que mudanças *cosméticas* diferem de mudanças *radicais*, a qualquer momento outra crise de igual ou maior proporção como a dos *subprimes* pode atingir segmentos populacionais ainda maiores. Considerando que as ajudas governamentais de socorro aos bancos não produziram mudanças significativas no sistema econômico em si, "os ativistas antiglobalização estão particularmente preocupados que o retorno às práticas e políticas que antecederam a crise possa conduzir a uma crise ainda mais profunda" (Pleyers, 2010, p. 259).

Os movimentos pós-crise de 2008 parecem ter entrado em fase de declínio, após uma série de manifestações que ocorreram em várias partes do mundo, sobretudo em 2011. A grande mídia utilizou muitos enfoques em suas abordagens desses movimentos. Com relação a movimentos como o *Occupy Wall Street*, a sensação era de que uma espécie de "Woodstock urbano" tinha voltado aos Estados Unidos e agora os *hippies* ocupavam o coração financeiro do país. Quando aos movimentos europeus, eram veiculados na mídia os atos de violência e confronto com a polícia, sobretudo no caso da Grécia. Sobre a Primavera Árabe, o foco era a derrubada de regimes ditatoriais; pouco se falava de crise econômica. A atual crise econômica não se restringe à economia, mas abarca todas as instâncias da vida social e, por isso mesmo, incita ao engajamento social, conforme Pina-Cabral sintetiza em um recente texto:

As últimas décadas da humanidade foram lideradas por uma geração que não entendeu que há riscos que não devem ser corridos – uma geração que se desinteressou do fato de que há limites para a robustez do mundo e da humanidade. Hoje, volta a ser possível simpatizar com o sentimento que movia as pessoas que quiseram construir o mundo após duas horríveis guerras mundiais. Como cientistas do social, temos que fazer a nossa parte no sentido de reconstruir os instrumentos intelectuais que nos permitam comunicar esse projeto (2011, p. 35).

Sob esse prisma, cabe relatar um fato pitoresco documentado por Harvey em *O enigma do capital* (2011): em uma visita a *London School of Economics*, a Rainha da Inglaterra, em novembro de 2008, indagou aos economistas como uma crise daquelas proporções não poderia ter sido prevista e evitada por acadêmicos de uma instituição de tanto prestígio, considerando o caos econômico e social que ela gerou na sociedade. A resposta dos economistas foi que "os teóricos da economia estavam interessados demais em formas sofisticadas de construção de modelos matemáticos para se preocupar com a confusão da história e com o fato que essa confusão os pegou desprevenidos" (Harvey, 2011, p. 190).

Assim, dentro do atual contexto civilizatório, é categórico refletir sobre os possíveis meios de ação social em uma sociedade que hoje se caracteriza por uma separação radical entre o mundo econômico e o social, entre os seres humanos e o capital. Conforme assinala Touraine (2011, p. 129), agora "precisamos abandonar aqui o domínio da economia e entrar naquele das ciências sociais para compreender que o futuro depende da confiança que os membros de uma sociedade têm nela e em si mesmos".

As inquietudes provocadas pela economia mundial desregulamentada e predatória continuam a pairar sobre os cidadãos de vários países, causando desemprego e expropriação em massa. Se alguns países emergentes, como o Brasil, não foram ainda expostos a seus efeitos mais deletérios (desemprego em massa, crise no setor de crédito e multiendividamento das famílias, perda de legitimidade da política representativa), isso não significa que estejam isentos de atravessarem más circunstâncias em um futuro próximo, muito pelo contrário.

Os movimentos sociais pós-crise de 2008 findaram por restringir suas ações após o ano de 2011, mas isto não significa que o contexto no qual eles surgiram tenha se alterado significativamente, nem que os indivíduos que os impulsionaram tenham deixado de divulgar suas mensagens através da Internet. Ainda persiste em muitos países uma onda econômica recessiva que priva muitas pessoas de condições dignas de sobrevivência, o meio ambiente continua ameaçado, e a maioria dos partidos políticos sofre uma grave crise de representatividade perante a sociedade civil.

Referências

- ALVES, G. 2012. Ocupar Wall Street... e depois? In: D. HARVEY; H.S. CARNEIRO; S. ZIZEK; J.A. PECHANSKY; G. ALVES; M. DAVIS; V. SAFATLE; T. ALI; I. WALLERSTEIN; E. TELES; E. SADER, *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo, Carta Maior, p. 31-38.
- AVRITZER, L. 2012. Crise da ideologia. *Revista Cult*, 15(169):39-42.
- BAUMAN, Z. 2010. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 92 p.
- BOLTANSKY, L; CHIAPPELLO, È. 2009. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 701 p.
- BOURDIEU, P. 1998. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Zahar, 151 p.
- BRINGEL, B.; MUÑOZ, E.E. 2010. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(1):28-36. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2010.46.1.04>
- CASTELLS, M. 1999. *Fim de milênio*. 3ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 497 p.
- CIPOLLA, F.P. 2012. Diferentes teorias marxistas de crise e diferentes interpretações da crise atual. *Economia e Sociedade*, 21(44):39-59.
- DAHRENDÖRF, R. 1982. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília, Universidade de Brasília, 288 p.
- DAVIS, M. 2012. Chega de chiquete. In: D. HARVEY; H.S. CARNEIRO; S. ZIZEK; J.A. PECHANSKY; G. ALVES; M. DAVIS; V. SAFATLE; T. ALI; I. WALLERSTEIN; E. TELES; E. SADER, *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo, Carta Maior, p. 39-43.
- FERNANDES, S. 2013. Criador do Occupy Wall Street diz que "a magia acabou". *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1150343-criador-do-occupy-wall-street-diz-que-a-magia-acabou.shtml>. Acesso em: 14/03/2013.
- GENTILLI, P. 2011. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: G. FRIGOTTO (org.), *Educação e crise do trabalho*. 10ª ed., Petrópolis/RJ, Vozes, p. 76-99.
- GOHN, M.G.M. 2009. *Movimentos sociais e educação*. 7ª ed., São Paulo, Cortez, 120 p.
- GOHN, M.G.M. (org.). 2010. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle/1998 a Nova York/2002. In: M.G.M. GOHN, *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, p. 33-51.
- GOHN, M.G.M. 2012. A revolução será tuitada. *Revista Cult*, 15(169):39-42.
- HALL, S. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed., Rio de Janeiro, DP & A, 102 p.
- HARVEY, D. 2011. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 235 p.
- HARVEY, D. 2012. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: D. HARVEY; H.S. CARNEIRO; S. ZIZEK; J.A. PECHANSKY; G. ALVES; M. DAVIS; V. SAFATLE; T. ALI; I. WALLERSTEIN; E. TELES; E. SADER, *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo, Carta Maior, p. 57-64.
- JACOBY, R. 2001. *O fim da utopia: política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro, Record, 300 p.
- LALLEMENT, M. 2004. *História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos*. Petrópolis, Vozes, 341 p.
- PINA-CABRAL, J. 2011. A antropologia e a "crise". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(77):31-38. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000300005>
- PLEYERS, G. 2010. *Alter-globalization: becoming actors in the global age*. Cambridge, Polity, 316 p.
- REICH, R.B. 2008. *Supercapitalismo: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano*. Rio de Janeiro, Elsevier, 266 p.
- ROLO, J.M. 2009. Os senhores da crise. *Economia Global e Gestão*, 14(2):65-79.
- SAFATLE, V. 2012. Amar uma ideia. In: D. HARVEY; H.S. CARNEIRO; S. ZIZEK; J.A. PECHANSKY; G. ALVES; M. DAVIS; V. SAFATLE; T. ALI; I. WALLERSTEIN; E. TELES; E. SADER, *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo, Carta Maior, p. 45-55.
- SANTOS, B.S. 2007. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo, Boitempo, 126 p.
- SANTOS, B.S. 2011. *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo, Cortez, 159 p.
- SANTOS, Raimundo. 2009. Crise econômica, inovação política e programática. *Política Democrática*, 8(23):49-53.
- SENNETT, R. 2009. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 14ª ed., Rio de Janeiro, Record, 204 p.
- TOURAINÉ, A. 2011. *Após a Crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais*. Petrópolis, Vozes, 213 p.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). 1999. *Human Development Report 1999*. New York, Oxford University Press, 167 p.
- ZIZEK, S. 2012. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo, Boitempo, 140 p.

Submetido: 13/04/2013

Aceito: 31/10/2013